

Missão mostra ao FMI os resultados iniciais do Programa de Ação Imediato

por Claudia Safatle
de Brasília

Se tudo correr bem, sem atropelos no meio do caminho, os primeiros resultados do Programa de Ação Imediata começariam em agosto próximo, com uma reversão da curva inflacionária dos atuais 31% para 29,5%, com ganhos mensais de até 1 ponto percentual, chegando a dezembro com uma taxa de 26%. O déficit público consolidado, no conceito nominal (embutida a correção monetária dos financiamentos do setor público não financeiro) ficaria na casa dos 50,8% do Produto Interno Bruto (PIB estimado em Cr\$ 34,42 quatrilhões), o déficit operacional (sem contabilizar a inflação) seria de 3,18% do PIB, e o superávit primário (diferença entre receitas e despesas exceto encargos financeiros) de 1,17% do PIB. A taxa de juros, nessas previsões oficiais, poderia chegar a 13% reais ao ano e a conta juros consumiria recursos equivalentes a 4,35% do PIB.

Com esses dados, os assessores oficiais, que compõe a missão técnica brasileira, desembarcaram em Washington para recomendar, pela quarta vez, no governo Itamar Franco, as conversações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Chefiada pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, a missão técnica teve, ontem, seu primeiro dia de trabalho, para armar, com a direção do Fundo, um processo de negociação em torno de um acordo "stand-by".

A ênfase do Programa de Ação Imediata é na "arrumação da casa" no tocante à política fiscal. Os dados relativos ao primeiro semestre foram bastante razoáveis — um déficit operacional de 2,03% do PIB (dados consolidados, ou seja, envolvendo governo central, empresas estatais, previdência social e estados e municípios) e um superávit primário de 3,85% do PIB. Percentuais, que, no entanto, não tem sustentação neste segundo semestre, onde as demandas por gastos são mais acentuadas.

INFLAÇÃO SEM AMBICÕES

A trajetória da inflação foi concebida sem grandes ambições. A taxa em agosto seria de 29,5%, cairia para 28,5% em setembro, 27,5% em outubro, passando para 27% em novembro e 26% em dezembro. Embora com quedas modestas, trata-se de uma meta difícil de ser concretizada, mesmo que o governo não seja vítima de cochilos sistêmicos, como o que ocorreu com a política salarial — cuja aprovação do projeto de reposição integral e mensal foi conseguida na Câmara sem que o governo soubesse que estava em pauta — e com a regulamentação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), que teve sua cobrança adiada por dez dias por erros sucessivos na publicação dos vetos do presidente da República.

Pelas projeções técnicas, que deverão balizar as ne-

gociações das metas para um acordo com o Fundo Monetário, a maior expectativa de esforço fiscal do governo recairia sobre as empresas estatais. Para este ano, o superávit primário de 1,17% do PIB — insuficiente para cobrir as despesas de 4,35% do PIB com juros das dívidas do setor público, o que leva o déficit operacional para 3,18% do PIB — adviria de um superávit de 1,06% do PIB, produzido pelo conjunto das empresas estatais. Esse desempenho, somado a um superávit de 0,5% do PIB gerado pelas contas do governo central, é que cobriria o déficit primário dos governos estaduais e municipais, estimado em 0,39% do PIB para este ano, e ainda resultaria num superávit primário de 1,17% do PIB.

No conceito operacional, esses percentuais com relação ao PIB, segundo os dados levados ao FMI, seriam de: déficit de 1,84% para o governo central; de 1,7% para os estados e municípios; e superávit operacional de 0,36% do PIB nas empresas estatais. Estas empresas também produziriam, neste ano, um déficit nominal de apenas 3,69% do PIB, para um déficit de 23,46% no governo federal e de 23,65% nos governos estaduais e municipais.

CRITÉRIOS DE PERFORMANCE

Esses são dados ainda preliminares, mas representam a primeira quantificação do que se espera como resultado do programa econômico do governo. Ga-

nhos modestos para este ano, mas com perspectivas de uma mudança substancial nas contas públicas a partir da revisão constitucional.

Segundo dados do Banco Central, apurados ao longo do primeiro semestre, as contas públicas tiveram o seguinte desempenho:

- **Conceito primário** — Superávit de 3,85% do PIB, sendo 2,44% do governo federal, 0,77% do PIB dos estados e Municípios e 0,64% do PIB das empresas estatais.

- **Resultado operacional** — Superávit de 2,03% do PIB, sendo de 1,36% do PIB o resultado do governo central; 0,6% do PIB dos estados e municípios e 0,07% do PIB das estatais. Esse superávit operacional foi apenas sazonal.

- **Resultado nominal** — Déficit de 50,84% do PIB, com 16,27% de déficit do governo federal; 21,88% do PIB de déficit dos governos estaduais e municipais; e 12,69% de déficit das empresas estatais.

As demais metas — critérios de performance — que fundamentam um acordo com o FMI, como o crédito interno líquido, variação de dívida externa e reservas cambiais, não têm sido problemáticas nos últimos anos. O cerne da discussão tem sido, e continuará sendo neste ano, o ajuste fiscal. Os dados, nesse sentido, piorariam neste ano, se confrontados com os dois anos anteriores, quando o déficit operacional foi de 2,4% do PIB (em 1992) e houve um superávit operacional de 1,3% do PIB em 1991.